



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência apresenta desempenho de destaque no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes, segurados e beneficiários e a sólida posição conquistada no mercado.

Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 23,15% do mercado e deteve 17,33% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em novembro de 2025.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

A Bradesco Vida e Previdência apresentou, no exercício de 2025, Lucro Líquido de R\$ 3,943 bilhões (R\$ 4,418 bilhões no exercício de 2024). O Patrimônio Líquido somou R\$ 6,225 bilhões, representando uma rentabilidade de 74,62% sobre o Patrimônio Líquido Médio. As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram, no exercício de 2025, R\$ 36,458 bilhões (R\$ 45,505 bilhões no exercício de 2024). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 13,769 bilhões (R\$ 12,541 bilhões no exercício de 2024).

As Provisões Técnicas, no exercício de 2025, cresceram 10,71%, somando R\$ 404,685 bilhões (R\$ 365,532 bilhões no exercício de 2024), e as aplicações financeiras 11,42%, atingindo R\$ 414,006 bilhões (R\$ 371,581 bilhões no exercício de 2024).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Vida e Previdência, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções legais e distribuições previstas no próprio estatuto.

A Diretoria está autorizada, pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado, atendendo ao modelo de negócios em consonância com as normas contábeis vigentes, de modo que o objetivo seja atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros. De acordo com essas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A., declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria custo amortizado.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência segue com a missão de ampliar a cultura de proteção e de planejamento financeiro através das suas soluções de Seguros de Pessoas e Previdência Complementar com o objetivo de promover segurança, bem-estar e estabilidade financeira às famílias brasileiras. Atenta às transformações do mercado e, visando uma melhor experiência e atendimento às necessidades dos seus segurados e participantes, destacam-se entre as principais ações:

No ramo de Previdência Complementar Aberta, a Companhia continua expandindo e diversificando seu portfólio, incorporando soluções inovadoras, alinhadas ao contexto econômico, ao ambiente regulatório e às demandas do mercado. Essa estratégia reforça o valor agregado das ofertas, fortalece o relacionamento com clientes, amplia parcerias com gestoras renomadas e gera novas oportunidades de negócio à cadeia de distribuição.

Entre os destaques, com posicionamento precursor na indústria de previdência, está a família de produtos anticíclicos, que oferece alternativas para diversificação em cenários adversos, reduzindo impactos das oscilações do mercado nas carteiras dos clientes e blindando o patrimônio em períodos de crises ou estresse financeiro. Cabe também destacar, o lançamento do primeiro fundo de previdência com alocação em ativos imobiliários, uma inovação pioneira no setor.

Avançamos também em iniciativas estratégicas para otimizar processos e melhorar jornadas, com ganhos relevantes em eficiência operacional e experiência do cliente. Entre essas melhorias, destacam-se a maior agilidade nos processos de sinistros, proporcionando uma experiência mais fluida para beneficiários e a evolução na adesão de planos empresariais, com um processo digital corporativo mais intuitivo e eficiente, contribuindo para a expansão da base de clientes.

No contexto regulatório, a empresa se adequou às novas exigências do setor, garantindo segurança e qualidade ao atender a Lei nº 14.803, que possibilitou a escolha do regime de tributação no momento do benefício ou primeiro resgate, além da adaptação às novas regras de IOF aplicáveis às contribuições em VGBL.

Em 2025, no ramo de Seguros de Pessoas, reforçamos a estratégia de aprimorar nossa linha de produtos. Ampliamos coberturas de doenças graves no produto Vida Viva Bradesco, incluímos novas opções de pagamento nos produtos Vida Mês e Vida Inteira. Destaca-se também o lançamento do produto Empresarial Flexível Resgatável, voltado à sucessão empresarial, complementando o portfólio para PME (Pequenas e Médias Empresas).

O produto Empresarial Capital Global foi aprimorado com menor número mínimo de vidas para contratação, inclusão de cobertura para cônjuge e melhorias que tornaram o produto mais acessível e completo.

O Seguro Viagem evoluiu, oferecendo novas coberturas, assistências e aumento do capital máximo.

Na família de produtos prestamista, aprimoramos as experiências dos clientes e expandimos nossos serviços para novas carteiras de crédito do Bradesco, como o e-Agro, além de consolidar novas parcerias estratégicas. Adicionalmente, lançamos um produto voltado para suprir as necessidades cotidianas das famílias, denominado Despesas Essenciais.

Mantemos o foco na evolução e melhoria da experiência para todos os segmentos de clientes, corretores e parceiros, priorizando produtos, processos e resultados.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controle de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana Sarbanes-Oxley e os principais frameworks internacionais de controles, tais como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e o COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology). O Grupo Bradesco Seguros observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021 e alterações subsequentes (467/2024 e 476/2024), assegurando a conformidade com a legislação vigente. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de Compliance atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio para assegurar a aderência.

Os princípios de conduta, pautados pelas diretrizes apresentadas no Código de Conduta Ética da Organização e em nosso Código Setorial, orientam a conduta pessoal e profissional de nossos administradores, funcionários, terceiros e fornecedores de bens e serviços nas relações com os clientes e demais partes relacionadas. Para o tratamento das violações ao Código, contamos com um canal de denúncia que recebe manifestações de desvios éticos, integridade, condutas anticompetitivas, assédio de qualquer natureza, entre outras. O canal conta com garantia de sigilo e anonimato, proteção ao denunciante de boa-fé. Também faz parte da atuação da Área de Compliance, o acompanhamento contínuo e ações periódicas para o aculturação dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência nas relações e com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui governança estabelecida que possibilita que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

A Bradesco Vida e Previdência S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria externa independente, de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Unidade de Gestão de Riscos, atuando de acordo com os regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pela estrutura de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos, na identificação e gestão dos riscos. Conta com fóruns com atribuições específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas avaliações de risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o aculturação de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Vida e Previdência observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021 e alterações subsequentes, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e Às Fraudes

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, atuando no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. A empresa investe continuamente em tecnologia e inteligência de dados para fortalecer sua capacidade de prevenção e detecção de fraudes, adicionando e reforçando camadas de proteção nos processos críticos para o combate de ameaças. Além disso, mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de e-mails corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Durante o exercício de 2025, foram realizadas 456.767 comunicações de operações ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

Privacidade e Segurança da Informação

Com o avanço, a expansão e a velocidade das transformações digitais, que potencializam ameaças cibernéticas, adotamos uma abordagem estratégica para assegurar a proteção dos nossos ativos digitais e a resiliência das nossas operações que garantem a confiança de clientes, funcionários, investidores e Parceiros de Negócios. Fundamentados em normas, processos, procedimentos e controles internos, promovemos a gestão da privacidade, segurança da informação e da cibersegurança integrada às áreas de negócios, tecnologia, segurança e riscos, sempre supervisionada por instâncias estratégicas da governança corporativa da empresa. A principal finalidade é a prevenção de ameaças e vulnerabilidades, mitigação de riscos e a ação imediata de recuperação em caso de incidentes. As ações estão pautadas em frameworks internacionais e leis e regulamentos nacionais em especial a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e diretrizes emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Nesse contexto, a Bradesco Vida e Previdência aprimora continuamente seu modelo de governança por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, mantendo o compromisso organizacional com os princípios de disponibilidade, integridade do processamento, segurança, confidencialidade, autenticidade e privacidade. As iniciativas são conduzidas sob a orientação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou Data Protection Officer (DPO), garantindo a conformidade em todas as fases do ciclo de tratamento de dados. O foco está na melhoria contínua da qualidade, na transparência das práticas, na proteção de dados, no atendimento aos direitos dos titulares e no fortalecimento da cultura organizacional de segurança da informação.

Entre as práticas adotadas, destacam-se o uso de padrões de segurança e boas práticas de mercado, a revisão periódica de normas internas e processos, a capacitação contínua de equipes por meio de treinamentos (presenciais e remotos) e campanhas de conscientização, voltadas, tanto para o ambiente interno, quanto para a melhoria da segurança nas relações com terceiros. Disponibilizamos também canais específicos e gratuitos para que os titulares exerçam seus direitos previstos na LGPD e implementamos prática de governança para o uso consciente de dados em soluções de inteligência artificial, reforçando nosso compromisso com a conformidade regulatória.

Tecnologia da Informação

Os esforços dos núcleos de Tecnologia da Informação da Bradesco Vida e Previdência, alinhados ao direcionamento estratégico, no exercício de 2025, concentraram-se em projetos para lançamento de novos produtos inovadores, ampliação da atuação da empresa no mercado aberto, otimização de processos internos para reduzir custos operacionais e ampliação constante da segurança dos sistemas, destacando-se:

- Com o objetivo de ampliar a presença no mercado aberto, os investimentos em tecnologia habilitaram novas parcerias no mercado aberto, com destaque para novas ofertas de seguro de vida e seguro prestamista, com ampliação significativa do resultado de vendas;
- Evolução sistêmica relevante para ganhos de eficiência operacional, por exemplo, a inclusão de jornadas com biometria facial no aplicativo da Bradesco Seguros para as ofertas de seguro de vida, melhorando significativamente a experiência e a segurança de nossos clientes;
- Continuidade de diversos ajustes regulatórios importantes nos sistemas, possibilitando a Bradesco Vida e Previdência adaptar-se rapidamente às mudanças desafiadoras propostas pelo mercado, com destaque para o novo processo de previdência como garantia de empréstimos no mercado aberto, mantendo sua competitividade e liderança e oferecendo a melhor experiência de uso ao cliente.

Capital Humano

O Capital Humano constitui um dos pilares estratégicos da Bradesco Vida e Previdência, sendo fundamental para a sustentabilidade e a perenidade dos negócios. O modelo de Gestão de Capital Humano adotado é orientado pelos princípios de respeito, transparência, equidade de gênero e desenvolvimento contínuo dos colaboradores.

A Companhia investe de forma consistente em práticas de valorização das pessoas, incluindo oportunidades de crescimento profissional, programas de capacitação, reconhecimento, remuneração e benefícios, bem como ações voltadas à promoção da diversidade e do equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

Alinhada às recentes alterações na legislação societária, a Bradesco Vida e Previdência, reforça seu compromisso com a transparência, a equidade de gênero e o fortalecimento da representatividade feminina em nossa estrutura organizacional, acompanhando a evolução dos indicadores de diversidade.

Apresentamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres em cada nível hierárquico e a proporção da remuneração entre gêneros da Companhia:

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos				
	2025		2024	
	Total	%	Total	%
Conselho de Administração e Diretoria	-	-	-	-
Superintendência	4	25,00%	3	20,00%
Gerência	30	37,50%	30	37,50%
Coordenação/Supervisão	17	40,48%	19	43,18%
Aprendiz	-	-	7	63,64%
Estagiário	33	64,71%	34	68,00%
Demais Categorias	393	61,50%	376	61,84%

Proporção da remuneração entre gêneros			
Nível Hierárquico	Total de Remuneração		
	2025	2024	
Conselho de Administração e Diretoria	-	-	
Superintendência	55,66%	72,58%	
Gerência	87,15%	88,23%	
Coordenação/Supervisão	90,36%	91,60%	
Aprendiz	-	98,87%	
Estagiário	97,39%	98,59%	
Demais Categorias	85,00%	85,20%	

Premiações e Reconhecimentos

No exercício de 2025, a Bradesco Vida e Previdência recebeu relevantes reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Prêmio Marcas de Quem Decide: Marcas Mais Lembradas;
- Prêmio Estadão – Empresa Mais: 2º colocação da categoria “Seguros Financeiros - Seguradoras”;
- Prêmio Segurador Brasil: Maior Atuação Multilinha em Âmbito Nacional - Seguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta;
- Prêmio Segurador Brasil: Líder de Mercado - Seguro de Vida/Acidentes Pessoais;
- Prêmio - O Melhor de São Paulo: Marcas & Serviços - Bradesco Vida e Previdência foi líder na categoria Previdência Privada em 2024 (5º ano consecutivo);
- Prêmio Marcas de Quem Decide: Melhor Previdência Privada – 1º lugar Bradesco Vida e Previdência;
- Top of Mind 35 anos: 2º lugar na categoria “Previdência Privada”;
- Anuário Vida 1000: 2º colocação do ranking entre os 45 maiores de Previdência e Vida;
- Prêmio Gavota de Ouro: 1º lugar - critério Liderança, linha de negócio - Vida e, também, a maior empresa desse grupo na análise dos últimos 12 meses;
- Top Educação 2025: Bradesco Vida e Previdência é Top Educação;
- Guia de Fomdes de Previdência FGV/Valor 2025: 1º lugar na categoria “Seguradoras”; e
- Prêmio Empresas que Mais Respeitam o Consumidor em 2025: Previdência Privada.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2025 (Em milhares de reais)						
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
ATIVO						
CIRCULANTE		359.681.763	315.033.208		21.950.552	18.270.851
Disponível		278.777	362.479		6.282.280	2.476.658
Caixa e bancos		278.777	362.479			
Aplicações	4	357.300.961	313.192.711			
Créditos das operações com seguros e resseguros		296.591	199.181			
Prêmios a receber	6	278.114	174.784			
Operações com seguradoras		4.041	2.312			
Operações com resseguradoras	7	14.436	22.085			
Outros créditos operacionais		676.656	455.026			
Ativos de resseguro	7	35.652	37.105			
Títulos e créditos a receber		642.961	473.182			
Títulos e créditos a receber		368.927	201.247			
Créditos tributários e previdenciários	9.a	273.672	271.118			
Outros créditos		362	817			
Despesas antecipadas		3.779	2.246			
Custo de aquisição diferidos		446.386	311.278			
Seguros	15.c	446.386	311.278			
ATIVO NÃO CIRCULANTE		58.305.386	60.043.953			
Realizável a longo prazo		57.838.247	59.700.243			
Aplicações	4	56.704.731	58.388.480			
Ativos de resseguro	7	11.781	4.928			
Títulos e créditos a receber		695.833	1.243.621			
Títulos e créditos a receber		-	114.954			
Créditos tributários e previdenciários	9.a	322.692	763.856			
Depósitos judiciais e fiscais	16.b	370.109	347.023			
Outros créditos operacionais		3.032	17.788			
Outros valores e bens	8	44.125	3.271			
Custo de aquisição diferidos		381.777	59.943			
Seguros	15.c	381.777	59.943			
Investimentos		-	2.333			
Outros investimentos		-	2.333			
Imobilizado		1.500	2.140			
Bens móveis		1.500	1.256			
Outras imobilizações		-	884			
Intangível		465.639	339.237			
Outros intangíveis	10	465.639	339.237			
Total do ativo		417.987.149	375.077.161			
PASSIVO						
CIRCULANTE		21.950.552	18.270.851			
Contas a pagar		6.282.280	2.476.658			
Obrigações a pagar	11	6.054.500	2.134.073			
Impostos e encargos sociais a recolher	12	153.643	110.532			
Encargos trabalhistas		11.987	11.221			
Impostos e contribuições	13	61.267	219.598			
Outras contas a pagar		883	1.234			
Débitos de operações com seguros e resseguros		172.369	134.303			
Prêmios a restituir		-	14.249			
Operações com seguradoras		11.015	13.312			
Operações com resseguradoras	7.c	34.374	27.467			
Corretores de seguros e resseguros		125.109	76.445			
Outros débitos operacionais		1.871	2.830			
Débitos de operações com previdência complementar		-	1.968			
Contribuições a restituir		-	1.968			
Depósitos de terceiros	14	105.175	81.702			
Provisões técnicas - Seguros	15.a	10.033.981	10.105.987			
Danos		-	1.547			
Pessoas		2.859.553	2.904.487			
Vida individual		6.990.151	6.996.114			
Vida com cobertura por sobrevivência		184.277	203.839			
Provisões técnicas - Previdência complementar	15.a	5.355.350	5.467.411			
Planos não bloqueados		4.832.089	4.969.151			
PGBL/PRGP		523.261	498.260			
Outros débitos		1.397	2.822			
Débitos diversos	16.c	917	2.822			
Instrumentos financeiros derivativos		480	-			
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025			
<i>(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)</i>			
	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos		13.769.301	12.541.064
Contribuições para cobertura de riscos		437.641	460.235
Variações das provisões técnicas de prêmios		(7.238.356)	(6.253.416)
Prêmios ganhos	22.a	6.968.586	6.747.883
Sinistros ocorridos	22.b	(2.190.270)	(1.644.073)
Custos de aquisição	22.c	(1.150.993)	(1.015.404)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	149.260	66.161
Resultado com operações de resseguro	22.e	(12.702)	9.021
Receita com resseguro		30.195	44.122
Despesa com resseguro		(42.897)	(35.101)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		7.326	5.025
Rendas de contribuições e prêmios	22.f	36.020.356	45.045.153
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(36.013.030)	(45.040.128)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	22.g	1.157.390	862.219
Variação de outras provisões técnicas		(482.414)	(150.444)
Custos de aquisição	22.c	(71.318)	(53.046)
Outras receitas e despesas operacionais	22.h	(187.118)	939.391
Despesas administrativas	22.i	(959.344)	(1.018.125)
Despesas com tributos	22.j	(318.389)	(274.446)
Resultado financeiro	22.k	2.895.809	2.745.730
Resultado operacional		5.805.823	7.219.892
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		166.494	(2.464)
Resultado antes dos impostos e participações		5.972.317	7.217.428
Imposto de renda	22.l	(1.244.034)	(1.733.450)
Contribuição social	22.l	(769.601)	(1.056.672)
Participações sobre o resultado		(15.560)	(8.946)
Lucro líquido do período		3.943.122	4.418.360
Quantidade de ações		204.584	204.584
Lucro líquido por ação - R\$		19.273,85	21.596,80

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025			
<i>(Em milhares de reais)</i>			
	2025	2024	
Lucro líquido do período	3.943.122	4.418.360	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	98.443	(699.287)	
Efeito dos impostos	(39.377)	279.715	
Itens que não serão reclassificados para o resultado			
Resultados não realizados de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	211.597	(396.694)	
Variação da taxa de juros - Provisão complementar de cobertura	906.023	991.867	
Efeito dos impostos	(447.048)	(238.069)	
Total do resultado abrangente do período	4.672.760	4.355.892	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025						
<i>(Em milhares de reais)</i>						
	Capital Social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva Legal	Reservas de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados

	Capital Social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva Legal	Reservas de lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	3.800.310	-	484.168	4.177.510	(736.251)	-	7.725.737
Aumento de capital em aprovação conforme AGE0 28.03.2024	-	500.000	(220.062)	(279.938)	-	-	-
Aumento de capital em aprovação conforme AGE 31.05.2024	-	803	-	-	-	-	803
Portaria SUSEP nº 2.111 de 26.07.2024	500.000	(500.000)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 35 de 23.10.2024	803	(803)	-	-	-	-	-
Provisão de dividendos com reserva (R\$ 12.650,06 por ação)	-	-	-	(2.588.000)	-	-	(2.588.000)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(657.588)	-	(657.588)
Variação da Taxa de Juros - Provisão Complementar de Cobertura	-	-	-	-	595.120	(1.447.283)	(852.163)
Resultado com vendas de ações	-	-	-	-	-	17.620	17.620
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	4.418.360	4.418.360
Dividendos antecipados (R\$ 7.881,89 por ação)	-	-	-	-	-	(1.612.509)	(1.612.509)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	149.435	1.226.753	-	(1.376.188)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.301.113	-	413.541	2.536.325	(798.719)	-	6.452.260
Saldos em 1º de janeiro de 2025	4.301.113	-	413.541	2.536.325	(798.719)	-	6.452.260
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	186.024	-	186.024
Dividendos extraordinários	-	-	-	(1.900.000)	-	-	(1.900.000)
Variação da Taxa de Juros - Provisão Complementar de Cobertura	-	-	-	-	543.614	-	543.614
Resultado com vendas de ações	-	-	-	-	-	(119.783)	(119.783)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.943.122	3.943.122
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(480.000)	(480.000)
Dividendos antecipados (R\$ 11.733,74 por ação)	-	-	-	-	-	(2.400.535)	(2.400.535)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	191.167	751.637	-	(942.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.301.113	-	604.708	1.387.962	(69.081)	-	6.224.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas, bem como a instituição e operação de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Paulista, 1.450, 8º andar, torre Paulista, salão executivo, parte, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917.

O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.

As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 24 de fevereiro de 2026.

2. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 15 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 16a - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais segmentados conforme fluxos futuros projetados.

e. Classificação dos contratos de seguros

A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 48 e 46, mensurando os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia classifica os ativos financeiros em três categorias: (a) mensurados ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(i) Modelo de negócio

Configura a maneira pela qual a Companhia administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPI (somente pagamento de principal e juros, do inglês *Solely Payment of Principal and Interest*). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

(ii) Teste de Pagamento de Principal e Juros - SPPI

O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadram no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

(iii) Disponível (Caixa e Equivalentes de Caixa)

São representados por depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iv) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente desajustes contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício.

(v) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
<i>DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)</i>			
	2025	2024	

Resultado antes dos impostos e participações	5.972.317	7.217.428	
Ajustes para:			
- Depreciações e amortizações	51.043	42.049	
- Constituição/(reversão) ao valor recuperável dos ativos	67.880	(964.829)	
- Impairment de Imobilizado	42	-	
- Despesas antecipadas	(1.533)	(500)	
- Variação das provisões técnicas	9.800.182	8.312.752	
- Juros e variação monetária	45.376.822	29.616.410	
- Custo de aquisição diferidos	(456.942)	(174.101)	
Lucro ajustado do período	60.809.811	44.049.209	

Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):

- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(42.985.772)	(37.815.998)
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(84.718)	38.441
- Outros créditos operacionais	(221.630)	(168.472)
- Títulos e créditos a receber	195.668	1.255.132
- Contas a pagar	(100.285)	(1.608.135)
- Débitos das operações de seguros e resseguros	38.066	11.336
- Débitos das operações de previdência	(1.968)	(1.830)
- Depósitos de terceiros	23.473	(40.430)
- Provisões técnicas	(15.474.913)	(747.562)
- Outros débitos	50.839	28.344
Caixa consumido pelas operações:	(58.561.240)	(39.049.174)

Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.288.446)	(852.211)
Contribuição social sobre o lucro pago	(885.637)	(446.996)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	74.488	3.700.828

Atividades de Investimento

- Aquisição de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(3.203.354)	(2.464.685)
- Alienação/vencimentos e juros de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	4.970.794	180.988
- Vencimentos e juros de títulos mensurados ao custo amortizado	(895.571)	906.683
- Aquisição de imobilizado	(1.080)	(6)
- Baixa de investimentos	2.333	-
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(171.221)	(82.152)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	701.901	(1.459.172)

Atividades de Financiamento

- Efeitos da Transferência de Carteira	-	4.343
- Dividendos e juros sobre capital próprio pago	(853.758)	(2.339.564)
- Pagamento de arrendamento	(6.333)	(5.979)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(860.091)	(2.341.200)

Redução líquida de caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa no início do período	362.479	462.023
Caixa e equivalente de caixa no final do período	278.777	362.479
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(83.702)	(99.544)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

• Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis do Grupo compreendem os valores registrados nas rubricas "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(vi) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou à sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em "Outros resultados abrangentes", com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado do exercício.

(vii) Determinação do valor justo

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Ações e fundos imobiliários

Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3). Para os ativos não negociados em bolsa, os valores justos são determinados usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da Administração.

Título privados - Certificado de Depósitos Bancários, Letras Financeiras, Certificado de Recebíveis Imobiliários, Certificado de Recebimento do Agronegócio, Notas Comerciais e Depósito a Prazo com Garantia Especial

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários

h. Outros valores e bens

Ativos de direito de uso

Para as operações de arrendamento mercantil a Companhia avalia a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles. No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de renovação do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos. A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.

i. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

j. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por *impairment*. A taxa de amortização é de 10% a 20% ao ano. Despesas de desenvolvimento interno de *software* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos *softwares*, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por *impairment*, caso haja indicativo de perda. Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

k. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As provisões técnicas da Companhia são apresentadas brutas de recuperações de resseguro, cujos montantes se encontram registrados no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados. Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir *rating* mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perda são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

l. Custos de aquisição diferidos

É composto substancialmente por montantes referentes a comissões, agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, ou com base em estudo, para os produtos em regime de capitalização, que em 2025 gerou prazo de 41 (quarenta e um) meses, 12 (doze) meses para os produtos com pagamento anual, ou com base no cálculo do carregamento comercial, e as despesas com agenciamentos do ramo vida são apropriados no resultado pelo período de 12 (doze) meses.

m. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

n. Provisões técnicas

i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.
A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.
A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco elaboradas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevivência futura. O resultado do teste de adequação deve ser constituído, se constatada insuficiência nas provisões técnicas, tal como requerido pela Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores.

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.
A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) é constituída para a cobertura de valores esperados de despesas relativas a sinistros ocorridos.
A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) é constituída para a cobertura dos valores esperado de despesas relativas a sinistro, pagamentos de resgates e benefícios. A PDC é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.
As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora, às rendas vencidas e aos benefícios a regularizar relativos a cobertura por sobrevivência, corrigidos monetariamente.
A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBAC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados.
A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (*improvement*), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco elaboradas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevivência futura. O resultado do teste de adequação deve ser constituído, se constatada insuficiência nas provisões técnicas, tal como requerido pela Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores.
A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) é constituída para a cobertura de valores esperados de despesas relativas a sinistros ocorridos.
A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) é constituída para a cobertura dos valores esperado de despesas relativas a sinistro, pagamentos de resgates e benefícios. A PDC é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.
A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.
A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL)	BR-EMS	0%	0%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco	AT83, CSO-58, CSO-80 e BR-EMS	2% a 3%	3,11% a 30%

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados. O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela SUSEP. A sinistralidade média projetada foi de 39,87% para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de novembro de 2015, limitadas aos últimos 5 anos. Além da sinistralidade esperada, foram consideradas, na elaboração do teste, premissas atuariais e financeiras consistentes com as melhores estimativas, incluindo a utilização de tábuas biométricas realistas com aplicação de fatores de melhoria (*improvement*), probabilidades de conversão em renda, taxas de cancelamento, despesas administrativas e de comercialização, bem como a projeção dos impostos incidentes sobre os fluxos de caixa estimados. O resultado do Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2025, apresentou uma insuficiência que foi contabilizada como Provisão Complementar de Cobertura (PCC) em atendimento à Circular SUSEP 648/2021 e alterações posteriores.

Dentro das segregações definidas no artigo 43, parágrafo 3º da Circular SUSEP 648/2021 e de acordo com a política contábil da Companhia, aprovadas pelo Conselho de administração, os resultados parciais foram agrupados abaixo: as carteiras notoriamente deficitárias de acordo com os grupos de contratos conforme demonstrado no quadro a seguir:

Carteira	2025	2024
PMBC	252.324	850.938
PMBAC-BD: registrados e não registrados	(9.137.734)	(9.136.377)
PMBAC-CV: prêmios/contribuições registrados	(1.236.555)	(1.424.886)
	Tradicionais	(483.662)
	Clube	590.814
	Demais	(1.045.333)
Prêmios/contribuições não registrados	(1.045.333)	(1.496.149)
PPNG: prêmios/contribuições registrados	(1.334.191)	(1.467.056)
PCC Contabilizada	843.138	1.531.795

O resultado do Teste de Adequação do Passivo (TAP) corresponde ao valor presente das obrigações futuras da Companhia, considerando a permanência dos segurados, a utilização de bases técnicas realistas para a apuração da sinistralidade e a adoção de taxa de desconto compatível com as características dos fluxos de caixa dos contratos de seguro.

Na mensuração dos fluxos de caixa das obrigações futuras, são considerados todos os fluxos de caixa relacionados aos contratos de seguro, com base em premissas atuariais revisadas periodicamente, de modo a refletir as melhores estimativas atuais da Administração.

Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, o TAP indicou uma insuficiência total no montante de R\$ 843.138, a qual foi integralmente reconhecida por meio da constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. Em conformidade com as segregações previstas no art. 43, § 3º, da referida Circular, e de acordo com a política contábil da Companhia, os resultados do teste foram apurados e agrupados por grupos de contratos, com segregação entre carteiras notoriamente deficitárias e carteiras superavitárias. A avaliação da suficiência do passivo por meio do TAP é realizada de forma independente das provisões técnicas constituídas, não sendo permitida a compensação entre o resultado do teste e as obrigações reconhecidas nas provisões técnicas contratuais, as quais refletem os direitos e obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

Nos termos da Circular SUSEP nº 648/2021, grupos de contratos são definidos como aqueles sujeitos a riscos similares e administrados como uma única carteira. Adicionalmente, o art. 125-C da Circular SUSEP nº 648/2021 permite que a contrapartida das variações da Provisão Complementar de Cobertura decorrentes de alterações na estrutura a termo da taxa de juros seja reconhecida no resultado do exercício ou em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Dessa forma, em consonância com a política contábil adotada, a Companhia optou por reconhecer os efeitos financeiros da PCC decorrentes de alterações na estrutura a termo da taxa de juros em outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes
Não são reconhecidos e serão registrados contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes
São constituídas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, a Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias
A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e o Banco Bradesco (controlador indireto) é o responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.
O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

iii. Outras obrigações pós-emprego
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30, 60 ou 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado
O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho para os produtos estruturados em regime de repartição simples e, pelo prazo de 41 meses, para os produtos em regime de capitalização com pagamentos de forma única, e em 12 meses para pagamentos de forma anual, e pelo período utilizado no cálculo do carregamento comercial destinado ao pagamento das despesas de comissão, para pagamentos de forma anual com tabela decrescente de remuneração. O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo 12 meses. As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e suas baixas, com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mensurados ao custo amortizado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Normas, alterações e interpretações de normas
i. Normas aplicáveis em períodos futuros
Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis ao mercado de Seguros mas não efetivas, pois não entraram em vigor, ou não foram referendadas pela SUSEP, são como segue:
Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS 01 e 02) - Padrões de Divulgação de Sustentabilidade que trata a CFC 1710/23
As NBC's facultaram a adoção pelas empresas nos anos calendário de 2024 e 2025, sendo obrigatório a partir do ano de 2026. A Administração concluiu sua avaliação após a adoção da SUSEP.
CPC 51 - IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis
A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades que reportam irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Administração concluiu sua avaliação até a data da entrada em vigor da norma.
Reforma Tributária - Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026
A Lei Complementar nº 214/2025, promulgada em janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Comitê Gestor do IBS. A norma estabeleceu que, a partir de janeiro de 2026, os contribuintes passam a cumprir obrigações acessórias específicas, ainda que o recolhimento do IBS e da CBS permaneça dispensado durante o ano.

O cronograma de transição determina que, em 2027, serão extintos o PIS, COFINS, IPI e IOF-Seguros, com início da vigência plena da CBS. O IBS terá implementação gradual entre 2029 e 2032, substituindo progressivamente o ICMS e o ISS, alcançando vigência integral em 2033.

A Lei Complementar nº 227/2026, publicada em janeiro de 2026, instituiu o Comitê Gestor do IBS (CGIBS), regulamentou o processo administrativo tributário do IBS e estabeleceu normas gerais relativas ao ITCMD. A Administração da Companhia acompanha continuamente a evolução da regulamentação da reforma tributária, avaliando potenciais impactos operacionais, fiscais e contábeis. Contudo, a análise definitiva dos efeitos depende da edição dos regulamentos infralegais pendentes de publicação, que detalharão as regras de implementação.

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS17)
O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações oferecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução
A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, alterações subsequentes assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Estrutura de gerenciamento de riscos
O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Diversos investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são constantemente realizados, especialmente, na capacitação do quadro de colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Estas iniciativas têm como objetivo proporcionar o aperfeiçoamento na eficiência operacional e disseminar o acultamento dos colaboradores, e são, consequentemente, convertidas na elevação da qualidade do gerenciamento dos riscos e na garantia do foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado a Companhia.



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que podem comprometer sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado, e para assegurar uniformidade ao processo, há regularmente uma Comissão de Gestão de Riscos da Companhia que avalia a adequação das provisões técnicas, aderência das premissas e possíveis impactos relacionados a alteração de premissas no cálculo das provisões técnicas, além de assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na solvência ou no nível de apetite a riscos.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições com o intuito de se obter sinergia entre atividades.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorre para fazer face aos eventos de sinistros. Deste modo, o processo de gerenciamento de riscos busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Deste modo, considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente da provisão técnica inicialmente constituída.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhoria da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe. O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever. O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro e contribuições de previdência:

Aplicações financeiras

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

Aplicações/Rating	2025						Exposto exclusivamente a risco de mercado		Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating		
Títulos a valor justo por meio do resultado	332.656.613	7.093.572	482.009	18.375	76.250	11.433	5.851.716	7.238.013	353.427.981
Título de renda fixa público	240.319.749	-	-	-	-	-	-	-	240.319.749
Título de renda fixa privado	92.336.024	7.093.572	482.009	18.375	76.250	11.433	5.851.716	968.917	106.838.296
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	6.269.096	6.269.096
Opções de ações	840	-	-	-	-	-	-	-	840
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	17.839.223	42.588	-	-	-	-	-	2.454.642	20.336.453
Título de renda fixa público	17.508.642	-	-	-	-	-	-	-	17.508.642
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	2.454.642	2.454.642
Título de renda fixa privado	330.581	42.588	-	-	-	-	-	-	373.169
Títulos mensurados ao custo amortizado	40.241.258	-	-	-	-	-	-	-	40.241.258
Título de renda fixa público	40.222.060	-	-	-	-	-	-	-	40.222.060
Título de renda fixa privado	19.198	-	-	-	-	-	-	-	19.198
Total	390.737.094	7.136.160	482.009	18.375	76.250	11.433	5.851.716	9.692.655	414.005.692

Aplicações/Rating	2024						Exposto exclusivamente a risco de mercado		Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating		
Títulos a valor justo por meio do resultado	281.447.369	3.242.265	1.142.972	374.706	12.573.116	6.476.195	1.628.578	3.557.008	310.442.209
Título de renda fixa público	201.249.986	-	-	-	-	-	-	-	201.249.986
Título de renda fixa privado	80.196.056	3.242.265	1.142.972	373.603	12.573.116	6.476.195	1.628.578	3.557.008	105.632.785
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557.008
Swap	1.327	-	-	1.103	-	-	-	-	2.430
Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	19.512.299	29.526	-	182.142	115.733	-	-	1.953.595	21.793.295
Título de renda fixa público	19.297.256	-	-	-	-	-	-	-	19.297.256
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.953.595	1.953.595
Título de renda fixa privado	215.043	29.526	-	182.142	115.733	-	-	-	542.444
Títulos mensurados ao custo amortizado	39.345.687	-	-	-	-	-	-	-	39.345.687
Título de renda fixa público	39.327.813	-	-	-	-	-	-	-	39.327.813
Título de renda fixa privado	17.874	-	-	-	-	-	-	-	17.874
Total	340.305.355	3.271.791	1.142.972	556.848	12.688.849	6.476.195	1.628.578	5.510.603	371.581.191

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano). Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros e, mensalmente, o Comitê de ALM, Liquidez e Investimentos e Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são importantes, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa não descontado da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez.

O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
À vista ou sem vencimento definido	278.777	-
Fluxo de 0 a 3 meses	10.461.660	8.546.224
Fluxo de 4 a 12 meses	3.856.380	5.788.234
Fluxo de 13 a 60 meses	20.683.593	21.422.893
Fluxo acima de 60 meses	76.157.577	39.506.090
	111.437.987	75.263.441

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas, débitos das operações com seguros e resseguro, resseguros e previdência complementar. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Região Geográfica	Distribuição regional - 31/12/2025				Total
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL(*)	Seguros de Vida	
Sudeste	1.984.992	338.011	22.184.611	9.353.146	33.860.760
Sul	88.677	60.486	3.981.426	1.703.135	5.833.724
Nordeste	90.339	46.366	4.403.697	1.455.097	5.995.499
Centro-Oeste	27.124	29.486	1.989.191	737.146	2.782.947
Norte	18.612	13.680	1.201.299	520.777	1.754.368
Total	2.209.744	488.029	33.760.224	13.769.301	50.227.298

Região Geográfica	Distribuição regional - 31/12/2024				Total
	PGBL	Previdência Tradicional	VGBL	Seguros de Vida	
Sudeste	2.923.690	324.996	28.368.883	8.565.779	40.183.348
Sul	105.308	63.764	4.881.273	1.499.964	6.550.309
Nordeste	83.577	55.174	4.706.942	1.299.990	6.145.683
Centro-Oeste	31.479	36.701	2.490.173	697.455	3.255.808
Norte	20.269	16.351	1.396.808	477.876	1.911.304
Total	3.164.323	496.986	41.844.079	12.541.064	58.046.452

(*) Em 2025, as vendas do VGBL foram impactadas pelo aumento do custo tributário nos termos do Decreto nº 12.499/2025.

Teste de sensibilidade *

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

- Como fatores de risco, elegeram-se as seguintes premissas:
- Taxa de juros livre de risco - representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Organização.
- O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco;
- Conversão em renda - O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade;
- Longevidade (Improvement) - representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na estimativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade; e
- Sinistralidade - é o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Organização recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o impacto no patrimônio líquido e resultado da Companhia para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Impacto no patrimônio líquido		Impacto no resultado	
	Taxa de juros*	Longevidade	Conversão em renda	
Variação de -DV01 (PCC)	Variação de -DV01 (PDR/PCC)	Variação de 0,20%	Variação de +5 pontos percentuais	
Planos Tradicionais (fase de contribuição)	(9)	(34)	(1.028)	
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(28)	(154)	(9.306)	
Todos os planos (fase de concessão)	(5.295)	(30)	(65.119)	-
Vida Individual	(1)	-	-	-
Total	(5.295)	(68)	(65.307)	(10.064)

* Como fator de choque elegeram-se o DV1 (Dollar Value of 1 basis point), por ser uma métrica amplamente utilizada no mercado financeiro para mensurar risco de taxa de juros com o objetivo de facilitar comparações entre diferentes instrumentos, uma vez que traduz a sensibilidade para uma unidade monetária.

Para os seguros de pessoas, o quadro abaixo apresenta o resultado e patrimônio líquido da Companhia caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Seguros de Vida	31/12/2025	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
	(40.389)	(40.143)

O efeito da referida sensibilidade é linear. Considerando a sinistralidade apurada no período de outubro de 2024 a setembro de 2025, observou-se variações inferiores e superiores no seguro de vida, respectivamente, de -3 e 5 pontos percentuais. Cabe destacar que tais variações são monitoradas de forma contínua.

Limitações das análises de sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas.

A análise de sensibilidade não leva em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações na análise de sensibilidade inclui o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte. Este risco pode se materializar de diversas formas, entre outras:

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título;

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.

Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e reavaliado no mínimo, anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em



Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, de choques de (+)1 ponto base nas curvas de juros e (-)1% de variação nos preços de fechamento das posições correntes da empresa seriam:

Valores em R\$/Mil

Exercício Dez/25	Taxa de Juros	Índice de Preços	Fatores de Risco		
			Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Impacto PL	-	(47.613)	(14.185)	(61.798)	(36.344)
Impacto Resultado	813	27.185	(334)	27.664	(15.256)

Definição: Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxa de juros; Exposições sujeitas a variações das taxas dos cupons de índices de preços; Exposições sujeitas à variação do preço de ações

f. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à imagem da Companhia.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros, possuindo, dentre outras, as seguintes atribuições:

- Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação;
- Desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos decorrentes de eventos de riscos operacionais e implantação de ações corretivas;
- Treinamento e disseminação da cultura de controles internos;
- Garantir o cumprimento das políticas de gestão de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
- Avaliar e submeter à validação do Comitê Executivo de Gestão de Riscos, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente; e
- Zelar pelo cumprimento de padrões éticos.

Dentro deste cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Controle Interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2025	%	2024	%
Titulos a valor justo por meio do resultado	353.427.981	85,37	310.442.209	83,54
Quotas de fundos especialmente constituídos	347.205.689	83,85	307.182.266	82,64
Titulos de renda fixa - fundos de investimentos	6.138.097	1,48	3.233.154	0,87
Titulos de renda variável - ações	55.651	0,01	-	-
Fundos de investimentos de terceiros	15.241	0,01	13.485	0,01
Fundos Imobiliários	12.463	0,01	10.874	0,01
Swap	-	-	2.430	0,01
Opções de ações	840	0,01	-	-
Titulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.336.453	4,91	21.793.295	5,87
Titulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	17.275.582	4,17	19.076.724	5,13
Titulos de renda variável - ações	2.454.642	0,59	1.953.595	0,53
Titulos de renda fixa - debêntures	373.042	0,09	526.607	0,14
Titulos de renda fixa - fundos de investimentos	233.187	0,06	222.083	0,06
Titulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial	-	-	14.286	0,01
Titulos mensurados ao custo amortizado	40.241.258	9,72	39.345.687	10,59
Titulos de renda fixa - fundos de investimentos	21.740.808	5,25	21.316.069	5,74
Titulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	18.500.450	4,47	18.029.618	4,85
	414.005.692	100,00	371.581.191	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido				31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Titulos a valor justo por meio do resultado	39.889.574				5.112.994	22.956.423	285.468.990	353.427.981	353.160.714	267.267
Letras financeiras do tesouro	-				1.835.306	1.280.626	204.579.936	207.695.868	207.285.930	409.938
Letras financeiras de emissores privados	723.411				2.562.549	17.009.139	22.167.982	42.463.081	42.253.096	209.985
Debêntures	46.206				283.925	467.716	29.412.105	30.209.952	30.232.198	(22.246)
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (ii)	5.699.228				-	-	-	5.699.228	5.699.228	-
Notas do tesouro nacional	-				-	3.993.869	18.759.137	22.753.006	23.177.989	(424.983)
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (ii)	8.724.691				36.389	-	-	8.761.080	8.761.080	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (ii)	11.886.427				-	-	-	11.886.427	11.886.427	-
Letras do tesouro nacional	28.055				19.023	46.259	9.777.538	9.870.875	9.776.030	94.845
Ações	6.269.096				-	-	-	6.269.096	6.269.096	-
Quotas de fundos de investimento	6.459.361				-	-	-	6.459.361	6.459.361	-
Notas comerciais	-				-	2.078	370.179	372.432	372.432	(175)
Certificado de depósito bancário	52.259				365.238	122.918	14.601	555.016	554.865	151
Certificados de recebíveis imobiliários	-				249	-	111.959	112.208	112.663	(455)
Depósito a prazo com garantia especial	-				8.891	21.701	211.431	242.023	241.911	112
Certificados de recebíveis do agronegócio	-				940	1.027	61.453	63.420	63.103	317
Opções de ações	840				-	-	-	840	1.089	(249)
Certificado de operações estruturadas	-				-	9.204	1.306	10.510	10.494	16
Letras financeiras Bradesco	-				484	1.886	1.363	3.733	3.722	11
Titulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.454.770				67.495	-	17.814.188	20.336.453	22.350.151	(2.013.698)
Notas do tesouro nacional	-				-	-	17.433.552	17.433.552	19.565.419	(2.131.867)
Ações	2.454.642				-	-	-	2.454.642	2.313.139	141.503
Debêntures	-				-	-	373.042	373.042	396.375	(23.333)
Letras financeiras do tesouro	-				67.495	-	7.594	75.089	75.090	(1)
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (ii)	128				-	-	-	128	128	-
Titulos mensurados ao custo amortizado	19.198				-	1.331.518	38.890.542	40.241.258	40.241.258	-
Notas do tesouro nacional (i)	-				-	1.331.518	38.890.542	40.222.060	40.222.060	-
Letras do tesouro - operação compromissada (ii)	19.198				-	-	-	19.198	19.198	-
Total	42.363.542				5.180.489	24.287.941	342.173.720	414.005.692	415.752.123	(1.746.431)

	1 a 30 dias ou sem vencimento definido				31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Titulos a valor justo por meio do resultado	53.898.736				8.052.407	10.431.573	238.059.493	310.442.209	311.652.087	(1.209.878)
Letras financeiras do tesouro	-				364.154	5.729.912	169.011.259	175.105.325	174.799.238	306.087
Letras financeiras de emissores privados	522.790				6.200.499	4.328.074	20.850.612	31.901.975	31.575.626	326.349
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (ii)	26.559.088				-	-	-	26.681.141	26.681.141	-
Debêntures	-				145.474	110.058	22.751.150	23.006.682	23.128.036	(121.354)
Notas do tesouro nacional	33.914				940.708	-	14.417.261	15.391.883	16.228.821	(836.938)
Letras do tesouro nacional	-				55.594	92.704	10.604.481	10.752.779	11.637.513	(884.734)
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (ii)	10.751.559				-	-	-	10.751.559	10.751.559	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (ii)	9.251.585				-	-	-	9.251.585	9.251.585	-
Ações	3.557.008				-	-	-	3.557.008	3.557.008	-
Quotas de fundos de investimento	3.184.981				-	-	13.411	3.198.392	3.198.392	-
Notas comerciais	-				186.161	92.293	299.588	578.042	576.313	1.729
Certificado de depósito bancário	37.811				20.219	49.485	3.719	111.234	111.196	38
Depósito a prazo com garantia especial	-				17.545	26.470	35.483	79.498	79.341	157
Certificados de recebíveis imobiliários	-				-	-	69.706	69.706	70.854	(1.148)
Certificados de recebíveis do agronegócio	-				-	147	2.823	2.970	3.034	(64)
Swap	-				-	2.430	-	2.430	2.430	-
Titulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.214.233				511.751	6.644	19.060.667	21.793.295	24.117.590	(2.324.295)
Notas do tesouro nacional	244.801				444.134	-	18.534.060	19.222.995	21.486.496	(2.263.501)
Ações	1.953.595				-	-	-	1.953.595	2.023.689	(70.094)
Debêntures	-				-	-	526.607	526.607	517.309	9.298
Letras financeiras do tesouro	-				53.331	6.644	-	59.975	59.978	(3)
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (ii)	15.837				-	-	-	15.837	15.837	-
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-				14.286	-	-	14.286	14.281	5
Titulos mensurados ao custo amortizado	17.874				-	-	39.327.813	39.345.687	39.345.687	-
Notas do tesouro nacional (i)	-				-	-	39.327.813	39.327.813	39.327.813	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (ii)	17.860				-	-	-	17.860	17.860	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iii)	14				-	-	-	14	14	-
Total	56.130.843				8.564.158	10.438.217	296.447.973	371.581.191	375.115.364	(3.534.173)

i. Para os títulos classificados na categoria "Mensurados ao custo amortizado" equivale ao valor de curva. O valor de mercado está apresentado na nota 4d.

ii. Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2025	2024
Total das provisões técnicas	404.685.041	365.531.773
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(14.585)	(14.396)
(-) PGBL e VGBL (i)	(347.205.689)	(307.182.266)
Total a ser coberto (A)	57.464.767	58.335.111
Quota de fundos de investimentos	23.455.219	22.813.451
Titulos públicos	33.525.465	34.755.849
Ações	1.606.238	869.161
Titulos privados	373.042	526.607
Total dado em cobertura (B)	58.959.964	58.965.068
Suficiência (B) - (A)	1.495.197	629.957

(i) Em atendimento ao artigo 57 da Resolução CNSP nº 432/2021, foi desconsiderado do cálculo, o montante das provisões matemáticas de benefícios a conceder e seus respectivos fundos de investimentos especialmente constituídos relativos a PGBL e VGBL.

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Titulos a valor justo por meio do resultado	253.049.046	100.364.692	14.243	353.427.981	208.005.387	102.436.822	-	310.442.209
Letras financeiras do tesouro	207.695.868	-	-	207.695.868	175.105.325	-	-	175.105.325
Letras financeiras de emissores privados	-	42.463.081	3.732	42.466.813	-	31.901.975	-	31.901.975
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (*)	-	8.761.080	-	8.761.080	-	26.681.141	-	26.681.141
Debêntures	-	30.209.952	-	30.209.952	-	23.006.682	-	23.006.682
Notas do tesouro nacional	22.753.006	-	-	22.753.006	15.391.883	-	-	15.391.883
Letras do tesouro nacional	9.870.875	-	-	9.870.875	10.752.779	-	-	10.752.779
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros (*)	-	11.886.427	-	11.886.427	-	10.751.559	-	



e. Desempenho e taxas contratadas
 A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2025, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)" e os fundos de investimentos especialmente constituídos (PGBL/VGBL), atingiu 62,13% (104,51% em dezembro de 2024) no acumulado do período, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 5,48% (5,40% em dezembro de 2024), IGPM 6,87% (6,62% em dezembro de 2024), PRÉ (títulos pré-fixados) 0,00% (7,59% em dezembro de 2024) e da SELIC (títulos pós-fixados) 100% (100% em dezembro de 2024).

	2025			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Títulos mensurados ao custo amortizado (i)	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2025	310.442.209	21.793.295	39.345.687	371.581.191
(+) Aplicações	77.300.595	3.203.356	-	80.503.951
(-) Resgates	(77.694.256)	(6.389.155)	(2.602.488)	(86.685.899)
(+) Rendimentos	43.379.433	1.418.359	3.498.059	48.295.851
(+/-) Ajuste a valor justo	-	310.598	-	310.598
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	353.427.981	20.336.453	40.241.258	414.005.692

	2024			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Títulos mensurados ao custo amortizado (i)	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2024	272.626.212	13.989.009	46.870.169	333.485.390
(+) Aplicações	81.389.384	2.464.685	-	83.854.069
(-) Resgates	(69.190.108)	(2.371.877)	(5.281.155)	(76.843.140)
(+) Rendimentos	25.616.721	2.190.890	4.374.472	32.182.083
Reclassificação (nota explicativa 4b)	-	7.194.850	(7.194.850)	-
Outras movimentações (ii)	-	-	577.051	577.051
(+/-) Ajuste a valor justo	-	(1.674.262)	-	(1.674.262)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	310.442.209	21.793.295	39.345.687	371.581.191

(i) As movimentações realizadas na categoria "Mensurados ao custo amortizado" correspondem ao vencimento e ao fluxo de recebimento de cupons dos títulos.
 (ii) Recomposição do ajuste ao valor de mercado das aplicações financeiras.

5. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos de taxas de juros e inflação (futuro de DI, DAP, swaps e opções) ou de renda variável (desde que permitidas pela política de investimento do fundo), alocadas em fundos de previdência, têm por objetivo a síntese de posições no mercado destes fatores de risco ou a proteção contra os efeitos da variação dos preços desses ativos como títulos públicos (LFTs e das NTN's F, B e C) e/ou títulos privados no primeiro caso e ações no segundo caso. As demais operações com derivativos, alocadas em carteira própria, visa a equalização e hedge econômico, entre o descasamento do ativo com o fluxo do passivo atuarial.

As operações com derivativos não podem gerar a possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio líquido do fundo de investimento e não podem ser realizadas sem garantia da contraparte central da operação. Adicionalmente as posições em mercados derivativos devem observar as seguintes condições: i - margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo; e ii - valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

a. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	2025			
	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra:				
Mercado interfinanceiro	31.515.043	7.389.899	-	-
Moeda estrangeira	25.839.599	4.351.540	-	-
Outros	3.371.944	3.038.359	-	-
Outros	2.303.500	-	-	-
Compromissos de venda:				
Mercado interfinanceiro	24.595.503	470.359	-	-
Moeda estrangeira	21.488.059	-	-	-
Outros	333.585	-	-	-
Outros	2.773.859	470.359	-	-
Contratos de opções:				
Compromissos de compra:				
Mercado interfinanceiro	227.283.365	1.273.887	98.265	34.824
Moeda estrangeira	225.291.239	569.110	96.085	33.231
Outros	4.366	-	12	32
Outros	1.987.760	704.777	2.168	1.561
Compromissos de venda:				
Mercado interfinanceiro	226.025.178	15.700	(104.025)	(39.578)
Moeda estrangeira	224.722.129	-	(100.093)	(36.825)
Outros	20.066	15.700	(144)	(36)
Outros	1.282.983	-	(3.788)	(2.717)
Total geral	509.419.089	8.177.727	(5.760)	(4.754)

	2024			
	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra:				
Mercado interfinanceiro	13.774.281	1.982.552	-	-
Moeda estrangeira	9.478.617	-	-	-
Outros	3.288.102	1.982.552	-	-
Outros	1.007.562	-	-	-
Compromissos de venda:				
Mercado interfinanceiro	19.743.946	7.952.217	-	-
Moeda estrangeira	17.060.825	7.582.208	-	-
Outros	1.305.550	-	-	-
Outros	1.377.571	370.009	-	-
Contratos de opções:				
Compromissos de compra:				
Mercado interfinanceiro	340.676.709	420.886	153.768	267.978
Moeda estrangeira	340.265.698	329.055	148.230	262.632
Outros	333.795	32.736	4.691	5.109
Outros	77.216	59.095	847	237
Compromissos de venda:				
Mercado interfinanceiro	340.255.823	-	(153.467)	(264.133)
Moeda estrangeira	339.936.643	-	(148.370)	(260.545)
Outros	301.059	-	(3.817)	(2.695)
Outros	18.121	-	(1.280)	(893)
Contratos de swap:				
Posição ativa:				
Mercado interfinanceiro	16.367	-	1.380	1.286
Outros	16.367	-	1.380	1.286
Posição passiva:				
Mercado interfinanceiro	16.367	-	(1.187)	(1.143)
Outros	16.367	-	(1.187)	(1.143)
Total geral	714.483.493	10.355.655	494	3.988

(*) Refere-se ao valor líquido dos contratos de compra e venda.

b. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	2025			
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias
Prêmios de opções a exercer	98.265	34.825	100%	34.825
Total do ativo (A)	98.265	34.825	100%	34.825
Prêmios de opções lançadas	(104.025)	(39.578)	100%	(39.578)
Total do passivo (B)	(104.025)	(39.578)	100%	(39.578)
Efeito Líquido (A-B)	(5.760)	(4.753)	-	(4.753)

	2024			
	Custo atualizado	Valor de mercado	%	Acima de 360 dias
Ajuste a receber - swap	1.380	1.286	-	1.286
Prêmios de opções a exercer	153.768	267.978	100%	267.978
Total do ativo (A)	155.148	269.264	100%	269.264
Ajuste a pagar - swap	(1.187)	(1.143)	-	(1.143)
Prêmios de opções lançadas	(153.467)	(264.133)	100%	(264.133)
Total do passivo (B)	(154.654)	(265.276)	100%	(265.276)
Efeito Líquido (A-B)	494	3.988	-	3.988

c. Composição dos instrumentos financeiros derivativos por valor de referência

	2025			
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Contratos futuros	86.108	-	56.024.436	56.110.544
Contratos de opções	-	-	453.308.545	453.308.545
Total	86.108	-	509.332.981	509.419.089

	2024			
	De 1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	Acima de 180 dias	Total
Contratos futuros	69.132	-	33.449.096	33.518.228
Contratos de opções	-	692	680.931.839	680.932.531
Contratos de swap	-	-	32.734	32.734
Total	69.132	692	714.413.669	714.483.493

6. Prêmios a receber

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
a. Ramos de seguros				
Vida em grupo	102.015	77.653	102.015	77.653
Vida individual	95.684	59.477	95.684	59.477
Prestamista	44.930	30.693	44.930	30.693
Acidentes pessoais	41.526	37.584	41.526	37.584
Eventos aleatórios	12.238	4.450	12.238	4.450
Total misto	11.067	9.716	11.067	9.716
Viagem	9.116	7.518	9.116	7.518
Auxílio Funeral	6.245	2.590	6.245	2.590
Outros	3.423	2.164	3.423	2.164
Redução ao valor recuperável	(48.130)	(57.061)	(48.130)	(57.061)
Total	278.114	174.784	278.114	174.784

b. Faixas de vencimento

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
A vencer				
Até 30 dias	159.566	120.408	159.566	120.408
De 31 a 120 dias	15.084	12.960	15.084	12.960
Acima de 121 dias	6.301	1.309	6.301	1.309
Total a vencer	180.951	134.677	180.951	134.677
Vencidos:				
Até 30 dias	54.921	34.964	54.921	34.964
De 31 a 120 dias	69.690	43.051	69.690	43.051
Acima de 121 dias	20.682	19.153	20.682	19.153
Total vencidos	145.293	97.168	145.293	97.168
Subtotal	326.244	231.845	326.244	231.845
Redução ao valor recuperável	(48.130)	(57.061)	(48.130)	(57.061)
Total	278.114	174.784	278.114	174.784

c. Movimentação dos prêmios a receber

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro (*)	151.219	170.821
(+) Prêmios emitidos	15.388.240	14.251.776
(+) IOF	55.496	49.773
(-) Prêmios cancelados	(530.444)	(748.812)
(-) Recebimentos	(14.820.104)	(13.601.274)
Constituição/Reversão de provisão para perda	8.931	28.291
Transferência de Carteira	-	644
Saldo em 31 de dezembro (*)	253.338	151.219

(*) Não contempla os prêmios de riscos vigentes não emitidos e prêmios de cosseguro aceito no montante de R\$ 24.776 (R\$23.565 em 2024).

7. Ativos de resseguro e operações com resseguro

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
a. Composição				
Ativos de Resseguro				
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	47.433	42.033	2.906	2.395
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	32.848	27.638	10.712	11.895
Provisão de sinistros a liquidar (PSL)	1.254	388	1.254	388
Provisão despesas relacionadas (PDR)	(287)	(283)	(287)	(283)
Redução ao valor recuperável	14.436	22.085	18.655	26.155
Operações com Resseguro	(4.219)	(4.070)	61.869	64.118
Sinistros a recuperar	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-
Total	61.869	64.118	61.869	64.118

b. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguro

	2025		2024	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro				
Constituição líquida de reversões	39.190	47.506	39.190	47.506
Sinistros recuperados	(39.394)	(26.989)	(39.394)	(26.989)
Atualização monetária e juros de sinistros	(1.892)	(1.463)	(1.892)	(1.463)
Outras movimentações	(153)	(2.746)	(153)	(2.746)
Transferência de Carteira	-	14	-	14
Saldo em 31 de dezembro	61.869	64.118	61.869	64.118

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2025		2024	
		Prêmio cedido (nota 22e)	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros (nota 22e)	Sinistros a recuperar
IRB Brasil Resseguros/Mapfre	Local	48.108	34.374	28.819	18.655
RE/Austral RE/Swiss RE	Local	39.590	27.467	44.988	26.155

8. Outros valores e bens

	2025				2024			
	Saldo em 01/01/2025	Aquisição/ baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2025	Saldo em 01/01/2024	Aquisição/ baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Imóveis	2.136	44.698	(4.121)	42.713	7.201	(261)	(4.804)	2.136
Veículos	1.135	702	(425)	1.412	-	1.159	(24)	1.135
Total	3.271	45.400	(4.546)	44.125	7.201	898	(4.828)	3.271

9. Ativos e passivos fiscais

	2025				2024			
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante
Impostos a compensar	249.891	-	249.891	257.894	-	257.894	-	-
INSS - aviso prévio	9.011	-	9.011	3.177	-	3.177	-	-
Finsocial	14.770	-	14.770	10.047	-	10.047	-	-
Créditos e tributos diferidos (b-i)	-	1.0						

14. Depósitos de terceiros

	2025		
	Até 30 dias	31 a 180 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios.....	77.621	3.135	80.756
Prêmios e emolumentos.....	20.778	3.149	23.927
Previdência complementar.....	492	-	492
Total	98.891	6.284	105.175

	2024		
	Até 30 dias	31 a 180 dias	Total
Cobrança antecipada de prêmios.....	48.247	4.425	52.672
Prêmios e emolumentos.....	17.310	10.024	27.334
Previdência complementar.....	1.696	-	1.696
Total	67.253	14.449	81.702

15. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Composição

	2025			
	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	297.327.743	49.875.131	9.838.275	23.183.081
Provisão matemática de benefícios concedidos.....	443.512	4.834.487	7.356.816	-
Provisão de resgates e outros valores a regularizar.....	112.940	27.807	3.024.106	1.531.647
Provisão de prêmios não ganhos.....	-	-	10.497	2.980.433
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados.....	-	-	86.195	927.000
Provisão complementar de cobertura.....	8.857	96.546	146.921	590.814
Provisão de sinistros a liquidar - judicial.....	310	11.399	41.511	986.943
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo.....	-	31	371	339.380
Provisão de excedente financeiro.....	2.701	3.089	568.209	-
Provisão de despesas relacionadas (PDC).....	11.408	66.439	66.586	6.471
Provisão de despesas relacionadas (PDR).....	-	-	42	158.738
Provisão para excedente técnico.....	-	-	-	18.605
Total das provisões	297.907.471	54.914.929	21.139.529	30.723.112

	2024			
	VGBL	PGBL	Tradicionais	Vida
Provisão matemática de benefícios a conceder.....	262.516.171	44.665.477	12.656.064	20.000.677
Provisão matemática de benefícios concedidos.....	451.361	4.804.836	7.619.107	-
Provisão de resgates e outros valores a regularizar.....	137.796	20.463	3.066.497	1.598.977
Provisão de prêmios não ganhos.....	-	-	10.517	3.054.802
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados.....	-	-	57.586	853.840
Provisão complementar de cobertura.....	29.831	317.555	503.552	680.857
Provisão de sinistros a liquidar - judicial.....	472	9.381	40.082	1.030.502
Provisão de sinistros a liquidar - administrativo.....	-	254	1.369	432.253
Provisão de excedente financeiro.....	1.048	1	689.296	-
Provisão de despesas relacionadas (PDC).....	8.116	53.598	54.660	4.825
Provisão de despesas relacionadas (PDR).....	-	-	51	139.478
Provisão para excedente técnico.....	-	-	-	20.421
Total das provisões	263.144.795	49.871.565	24.698.781	27.816.632

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros e previdência

i. Seguros - Vida e Previdência - Planos Tradicionais de Risco

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro.....	36.002.344	34.802.816
(-) Retrocessões.....	(1.547)	(1.368)
Subtotal em 1º de janeiro	36.000.797	34.801.448
Constituição.....	21.536.071	20.245.658
Reversão.....	(14.550.243)	(13.868.580)
Sinistros avisados.....	1.776.693	1.679.909
Sinistros, benefícios e resgates pagos.....	(8.600.422)	(9.084.187)
Atualização monetária e juros de sinistros.....	1.970.847	2.225.206
Transferência de Carteira.....	-	1.343
Subtotal em 31 de dezembro	38.133.743	36.000.797
(+) Retrocessões.....	(1.547)	(1.547)
Saldo em 31 de dezembro	38.133.743	36.002.344

Sinistros brutos de resseguro

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso.....	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.027	1.486.498	1.790.466	2.637.218	2.258.434	2.309.199	2.115.352	2.111.079	
Um ano após o aviso.....	1.425.789	1.491.439	1.487.961	1.416.097	1.485.510	1.773.817	2.585.356	2.178.667	2.076.050	1.941.800	-	
Dois anos após o aviso.....	1.403.515	1.468.731	1.503.531	1.455.935	1.520.074	1.747.805	2.561.130	2.052.135	2.037.085	-	-	
Três anos após o aviso.....	1.323.436	1.449.190	1.519.097	1.451.634	1.463.793	1.706.601	2.461.812	2.015.379	-	-	-	
Quatro anos após o aviso.....	1.310.005	1.462.168	1.536.394	1.426.386	1.445.644	1.664.264	2.430.879	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso.....	1.300.747	1.477.622	1.511.850	1.418.889	1.416.712	1.652.175	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso.....	1.308.434	1.450.470	1.503.454	1.387.419	1.408.785	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso.....	1.296.121	1.446.357	1.467.833	1.377.144	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso.....	1.292.463	1.430.499	1.459.638	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso.....	1.277.169	1.422.595	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso.....	1.394.980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base	1.394.980	1.422.595	1.459.638	1.377.144	1.408.785	1.652.175	2.430.879	2.015.379	2.037.085	1.941.800	2.111.079	19.251.539
Pagamentos de sinistros efetuados.....	(1.266.289)	(1.400.322)	(1.426.049)	(1.345.189)	(1.373.193)	(1.607.076)	(2.352.227)	(1.873.156)	(1.879.124)	(1.777.021)	(1.571.948)	(17.871.594)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial).....	128.691	22.273	33.589	31.955	35.592	45.099	78.652	142.223	157.961	164.779	539.131	1.379.945

O valor da Provisão de sinistros a liquidar de Resseguro monta R\$ 10.712.

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios

	2025	2024
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas.....	165.763	156.803
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício.....	179.407	176.894
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída.....	195.716	199.270
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior.....	48.232	39.474

16. Outros débitos

a. Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

INSS - A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões em 2024 eram:
INSS - Valor provisionado R\$ 62.157 em 2024 - Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas a contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de Previdência Privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas a incidência de tal tributação (R\$ 44.392) e a multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes (R\$ 17.765), pois houve redução da multa de 75% para 20%. Foi integralmente revertida em Junho/2025, devido a adesão ao PTI.

ii. Processos trabalhistas

Referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro de 2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

iii. Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram R\$ 99.573 (R\$ 86.300 em 2024), para os processos cíveis e R\$ 336.661 (R\$ 364.740 em 2024), para os processos fiscais. Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

- PIS e COFINS da Kilton Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018, no montante de R\$ 126.286 (R\$ 204.605 em 2024).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definiu o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

iv. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingências cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas da taxa legal de juros, que corresponde à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), deduzido o índice de atualização monetária, em conformidade com a atual redação do artigo 406 do Código Civil Brasileiro.

Ações ajuizadas por terceiros, visando obter indenizações. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprimorados os parâmetros de mensuração para o registro da provisão, que é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro de 2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, propensão a perda e correção monetária das médias apuradas, além da avaliação individual em casos específicos.

v. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	2025			
	Fiscais (*)	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2025.....	139.050	29.826	223.970	1.928
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias.....	(138.208)	(9.809)	361.800	540
Pagamentos.....	-	(8.683)	(127.980)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	842	11.334	457.790	2.468

(*) Refere-se a adesão ao Programa de Transição Integral (PTI) de acordo com o edital nº 25/2024 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Receita Federal do Brasil (RFB) e provisões fiscais.

	2024			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões
Saldo em 1º de janeiro de 2024.....	104.861	32.911	203.979	2.378
Constituição líquida de reversões e atualizações monetárias.....	47.512	10.793	280.658	(36)
Pagamentos.....	(13.323)	(13.878)	(260.667)	(414)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	139.050	29.826	223.970	1.928

ii. Seguros - Vida com Cobertura de Sobrevivência (VGBL)

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro.....	263.144.795	229.630.095
Recebimento de prêmios líquidos de carregamento.....	33.760.173	41.844.017
Pagamento de benefícios.....	(63.328)	(60.047)
Pagamento de resgates.....	(33.012.442)	(28.477.965)
Portabilidades.....	(2.798.652)	(2.044.830)
Atualização monetária e juros.....	36.535.057	21.893.647
Outras movimentações.....	341.868	359.878
Saldo em 31 de dezembro	297.907.471	263.144.795

iii. Previdência - PGBL e Planos Tradicionais de Renda

	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro.....	66.384.634	63.064.819
Recebimento de contribuições líquidas de carregamento.....	2.256.685	3.196.733
Pagamento de benefícios.....	(1.281.407)	(1.266.144)
Pagamento de resgates.....	(4.590.485)	(3.956.567)
Atualização monetária e juros.....	6.862.202	5.498.288
Portabilidades.....	(1.145.034)	(898.573)
Outras movimentações.....	157.232	746.078
Saldo em 31 de dezembro	68.643.827	66.384.634

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	2025	
	Agenciamento	Comissões
Saldo em 1º de janeiro.....	49.275	321.946
Constituição.....	662.808	6.168.979
Apropriação.....	(653.624)	(5.721.221)
Saldo em 31 de dezembro	58.459	769.704

	2024	
	Agenciamento	Comissões
Saldo em 1º de janeiro.....	26.579	170.541
Constituição.....	487.932	3.074.074
Apropriação.....	(465.236)	(2.922.669)
Saldo em 31 de dezembro	49.275	321.946

d. Aging de sinistros judiciais

	2025		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Provisão de sinistros a liquidar bruto de resseguro.....	218.848	310.418	510.897
Total	218.848	310.418	510.897

	2024		
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos
Provisão de sinistros a liquidar bruto de resseguro.....	153.215	386.764	540.458
Total	153.215	386.764	540.458

e. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos

Patrimônio líquido contábil	6.224.702
Ajustes contábeis	(1.107.694)
(-) Despesas antecipadas.....	(3.779)
(-) Ativos intangíveis.....	(465.639)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG.....	(638.276)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(277.724)
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.....	(2.406.131)
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas.....	2.128.407
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	4.697.448
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 1 com limitador.....	2.388.185
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 2 com limitador.....	1.986.571
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 3 com limitador.....	322.692
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 1.....	2.388.185
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 2.....	2.128.407
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 3.....	322.692
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	4.618.527
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II) (*)	4.618.527
Capital adicional de risco de subscrição.....	3.125.578
Capital adicional de risco de crédito.....	224.589
Capital adicional de risco de mercado.....	2.099.276
Capital adicional de risco operacional.....	323.755
Efeito da correlação (benefícios).....	(1.154.671)
Suficiência de capital (PLA - CMR)	78.921

(*) O cálculo do capital de risco corresponde a soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores.

19. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2025 foi de R\$ 4.864 (R\$ 28.375 em 31 de dezembro de 2024), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 164.631 (R\$ 190.465 em 31 de dezembro de 2024), sendo: benefícios concedidos R\$ 78.783 (R\$ 85.882 em 31 de dezembro de 2024), benefícios a conceder R\$ 85.848 (R\$ 104.583 em 31 de dezembro de 2024).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

20. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC 05, o Grupo também dispõe de política de transações com partes relacionadas.

As principais transações estão assim representadas:

	Ativo		Passivo	
	2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (i).....	26.668.598	43.208.365	-	16.346
Fleury S.A. (empresa ligada) (i).....	-	2.292	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii) e (vii).....	-	-	5.881.588	2.028.600
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (vi).....	42.713	-	43.173	-
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	-	2.028
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	43	44
Nível S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	12.466	-
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii).....	-	-	2.550	2.550
Total	26.711.311	43.210.657	5.939.820	2.049.568

	Receitas		Despesas	
	2025	2024	2025	2024
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (iv).....	161	4.449	(1.229)	(1.213)
Fleury S.A. (empresa ligada) (v).....	2.994	3.485	-	-
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (ii) e (vii).....	-	-	(836.128)	(362.993)
Europ Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(108.160)	(105.778)
Novamed Gestão de Clínicas Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	(553)	(560)
Nível S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(27.599)	(24.505)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (iii).....	-	-	(30.600)	(30.600)
BSP Empreendimentos Imobiliários Ltda. (empresa ligada) (vi).....	-	-	(5.798)	(5.948)
Brasilidental Operadora de Planos Odontológicos S.A. (empresa ligada) (v).....	58	-	-	-
Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A. (empresa ligada) (viii).....	21	25	-	-
Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (empresa ligada) (v).....	1.670	3.011	-	-
Bradescor Corretora de Seguros S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(44.279)	(39.379)
BPAR Corretagem de Seguros Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	-	(26.071)	(30.406)
Alelo S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(18.345)	(17.214)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (v) e (viii).....	11	12	(1)	-
Naip Instituição de Pagamento S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(3.453)	-
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços S.A. (empresa ligada) (v).....	-	-	(5.938)	(6.371)
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (v).....	17	16	-	-
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (viii).....	3	3	-	-
Saúde Newco Ltda. (empresa ligada) (viii).....	3	10	-	-
CIP - Centro de Infusões Pacaembu Ltda. (empresa ligada) (v).....	5	-	-	-
Instituto Hermes Pardini S.A. (empresa ligada) (v).....	628	584	-	-
Laboratório Padrão S.A. (empresa ligada) (v).....	37	34	-	-
Diagnóstico por Imagem Sete Lagoas Ltda. (empresa ligada) (v).....	1	1	-	-
Laboratório de Patologia Clínica Drº Paulo C. de Azevedo Ltda. (empresa ligada) (v).....	30	39	-	-
Instituto de Análises Clínicas de Santos S.A. (empresa ligada) (v).....	39	37	-	-
Moscogliato Serviço de Ultrassom Ltda. (empresa ligada) (v).....	2	2	-	-
Anatomia Patológica Hugo Silviano Branda Ltda. (empresa ligada) (v).....	-	1	-	-
ABPF Oncologia S.A. (empresa ligada) (v).....	24	14	-	-
Toxicologia Pardini Laboratórios S.A. (empresa ligada) (v).....	15	15	-	-
Pardis Pardini Distribuidora Ltda. (empresa ligada) (v).....	2	2	-	-
Genesis Análises Genômicas S.A. (empresa ligada) (viii).....	48	28	-	-
Total	5.769	11.768	(1.108.154)	(624.967)

- (i) Refere-se saldo em conta corrente e operações compromissadas.
- (ii) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) *marketing* e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.
- (iii) Refere-se à consultoria comercial no desenvolvimento de produtos.
- (iv) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.
- (v) Refere-se a sinistros, assistência 24 horas, *call center*, alimentação, comissão, assistência médica, programa de pontos, TI e prestação de serviços.
- (vi) Refere-se a contratos de aluguel.
- (vii) Dividendos/Juros sobre capital próprio.
- (viii) Refere-se a prêmios.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Foi determinado o valor máximo de R\$ 68.128 (R\$ 38.600 em 2024), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores. No exercício a remuneração dos Administradores monta R\$ 68.107 (R\$ 38.600 em 2024).

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº 4(b), tem como contraparte o Banco Bradesco S.A. A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da Administração.

21. Principais ramos de atuação

Ramos	2025		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas.....	6.731.527	29,80	16,95
Previdência - risco.....	237.059	77,67	4,33
Total	6.968.586		

Ramos	2024		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas.....	6.397.449	24,99	15,77
Previdência - risco.....	350.434	12,90	1,95
Total	6.747.883		

22 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2025	2024
Prêmios diretos.....	13.819.021	12.592.204
Contribuições de riscos.....	437.641	460.235
Prêmios cedidos cosseguros.....	(49.720)	(51.140)
Variações das provisões técnicas.....	(7.238.356)	(6.253.416)
Total	6.968.586	6.747.883

b. Sinistros ocorridos

	2025	2024
Sinistros.....	(1.993.814)	(1.749.263)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(101.769)	201.102
Serviço de assistência.....	(107.853)	(108.509)
Recuperação de sinistros.....	13.166	12.597
Total	(2.190.270)	(1.644.073)

c. Custos de aquisição - Seguros e previdência

	2025	2024
Comissões e agenciamento - seguros.....	(1.608.615)	(1.190.392)
Comissões e agenciamento - previdência e VGBL.....	(36.746)	(20.647)
Despesas relacionadas a vendas.....	(34.483)	(32.297)
Despesas com encargos sociais.....	(90)	(102)
Varição das despesas de comercialização diferidas.....	456.943	174.101
Recuperação de comissões.....	680	887
Total	(1.222.311)	(1.068.450)

d. Outras receitas e despesas operacionais - Vida

	2025	2024
Despesas com títulos de capitalização.....	(34.328)	(29.961)
Constituição para risco de crédito.....	12.692	38.827
Despesas com administração de apólice.....	(18.264)	(20.835)
Constituição/Reversão de processos judiciais cíveis.....	16.854	(4.113)
Despesas com encargos sociais e lucros atribuídos.....	(5.007)	(4.463)
Outras receitas e despesas operacionais.....	177.313	86.706
Total	149.260	66.161

e. Resultado com operações de resseguro

	2025	2024
Prêmios resseguros cedidos.....	(48.108)	(39.590)
Varição da provisão IBNR - resseguro.....	511	(1.801)
Recuperação de indenização de resseguro.....	28.819	44.988
Varição da Provisão da PPNG.....	5.210	4.489
Varição da Provisão de despesas relacionadas.....	866	(170)
Receitas com participações em lucros.....	-	1.105
Total	(12.702)	9.021

f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	2025	2024
VGBL (*).....	33.760.224	41.844.079
PGBL.....	2.209.744	3.164.323
Previdência.....	50.388	36.751
Total	36.020.356	45.045.153

(*) Em 2025, as vendas do VGBL foram impactadas pelo aumento do custo tributário nos termos do Decreto nº 12.499/2025.

g. Rendas com taxas de gestão

	2025	2024
VGBL.....	993.376	728.380
PGBL.....	152.650	123.429
Previdência.....	11.364	10.410
Total	1.157.390	862.219

h. Outras receitas e despesas operacionais - Previdência

	2025	2024
Reversão/Constituição para riscos sobre outros créditos.....	(81.130)	927.232
Reversão de processos judiciais cíveis.....	(241.415)	(6.572)
Outras receitas e despesas operacionais.....	135.427	18.731
Total	(187.118)	939.391

i. Despesas administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal próprio.....	(566.368)	(648.732)
Ordenados.....	(219.743)	(210.308)
INSS/FGTS.....	(95.086)	(72.893)
Planos de previdência privada.....	(4.864)	(28.375)
Honorários da administração.....	(65.923)	(16.927)
Programa de alimentação ao trabalhador.....	(16.936)	(15.349)
Despesas com vale-transporte.....	(2.653)	(3.134)
Outras.....	(161.163)	(301.746)
Despesas com localização e funcionamento.....	(140.892)	(128.336)
Despesas com serviços de terceiros.....	(131.771)	(132.539)
Despesas com donativos e contribuições.....	(42.404)	(28.102)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(69.348)	(76.785)
Despesas administrativas diversas.....	(8.561)	(3.631)
Total	(959.344)	(1.018.125)

j. Despesas com tributos

	2025	2024
Despesas com COFINS.....	(203.600)	(213.945)
Despesas com PIS.....	(33.085)	(34.766)
Despesas com ISS.....	(31.279)	(18.755)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(5.987)	(5.987)
Outras despesas com tributos (*).....	(44.438)	(993)
Total	(318.389)	(274.446)

(*) Contempla os valores relativos à adesão ao Programa de Transição Integral (PTI).

k. Resultado financeiro

	2025	2024
i. Receitas financeiras		
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios.....	42.604.376	25.212.209
Receitas com títulos de renda fixa.....	6.566.326	7.011.163
Outras receitas financeiras.....	52.187	24.433
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações.....	195.434	173.977
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	146	295
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	18.570	22.091
Receitas com títulos de renda variável.....	3.430	4.937
Total	49.440.469	32.449.105
ii. Despesas financeiras		
Despesas financeiras com operações de VGBL.....	(36.535.057)	(21.893.647)
Despesas financeiras com operações de previdência e PGBL.....	(7.099.971)	(6.146.459)
Despesas com operações com seguros e resseguros.....	(1.584.242)	(1.348.298)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais.....	(404.999)	(244.606)
Atualização monetária de processos judiciais e juros.....	(27.301)	(22.285)
Despesas com títulos de renda fixa.....	(882.012)	(42.372)
Despesas com títulos de renda variável.....	(9.563)	(3.854)
Outras despesas de seguros.....	(195)	(88)
Despesas com arrendamento.....	(1.878)	(537)
Redução ao valor recuperável - títulos de renda fixa.....	558	(1.229)
Total	(46.544.660)	(29.703.375)
Total	2.895.809	2.745.730

l. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Impostos diferidos		
Reversão/Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	58.589	(1.333.442)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.072.224)	(1.456.680)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.013.635)	(2.790.122)

23. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes de impostos e participações	5.972.317	7.217.428
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alí		



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

DIRETORIA

Bernardo Ferreira Castello - Diretor-Presidente
Alexandre Nogueira da Silva - Diretor
Antonio Alexandre Arias - Diretor
Estevão Augusto Oller Scripilliti - Diretor

Valdirene Soares Secato - Diretora
Vinicius Marinho da Cruz - Diretor
Alexandre Marques Zanelato - Diretor
Fabio Magalhães Tobias - Diretor

Alessandro Malavazi Fernandes
 Atuário - MIBA 2217

João Batista Zorzete
 Contador - CRC 1SP248285/O-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente
Samuel Monteiro dos Santos Junior - Vice-Presidente
Alexandre da Silva Glüher - Membro
Ivan Luiz Gontijo Junior - Membro
Maurício Machado de Minas - Membro

Jorge Pohlmann Nasser - Membro
Octavio de Lazari Junior - Membro
Rogério Pedro Câmara - Membro
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Diretores da Bradesco Vida e Previdência S.A.
 São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e do teste de adequação de passivos

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2(n) e 15 às demonstrações contábeis, a Companhia registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 404.685.041 mil.

Na mensuração das provisões técnicas de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), e na mensuração do teste de adequação de passivos, a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas, que incluem longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e a expectativa de sinistros.

Identificamos a relevância das premissas e dos julgamentos envolvidos na mensuração das provisões técnicas e os impactos que eventuais variações nos julgamentos e nas premissas utilizadas na mensuração dessas provisões teriam sobre as demonstrações contábeis da Companhia, como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas são subjetivas, de maneira que, pequenas variações em determinadas premissas, podem resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Abaixo, informamos os principais procedimentos realizados para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e realização do teste de adequação de passivos. Isto incluiu controles relativos ao desenvolvimento e aprovação das metodologias atuariais e premissas relacionadas a longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e a expectativa de sinistros; e a revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.
- Envolvermos nossos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que auxiliaram nos seguintes aspectos:
 - I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima, mediante a comparação com requerimentos regulatórios e com base em técnicas atuariais geralmente aceitas;
 - II. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à longevidade, conversão em renda, taxas de desconto e expectativa de sinistros, utilizadas na realização do teste de adequação de passivos, assim como na mensuração das provisões técnicas, ao utilizar informações históricas da Companhia e comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis;
 - III. na realização de testes da exatidão matemática do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas mencionadas acima, com base nas informações históricas da Companhia, metodologias e premissas;
 - IV. no desenvolvimento de estimativa independente da IBNR, utilizando técnicas atuariais geralmente aceitas e premissas independentes; e
 - V. na avaliação das projeções de sinistros realizadas pela Companhia, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Testamos com base em amostragem, a precisão das bases de dados utilizadas nos cálculos das premissas atuariais, ao confrontar os dados que são relevantes para os cálculos com as documentações comprobatórias das respectivas transações.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguros, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 Rua Verbo Divino, 1.400, 1º andar – Chácara Santo Antônio
 CEP: 04719-911 - São Paulo/SP - Brasil
 Telefone +55 (11) 3940-1500 - kpmg.com.br
 CRC 2SP-014428/O-6

Luciano Agulho Vecchi
 Contador CRC 1SP281259/O-1

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho de Administração da Bradesco Vida e Previdência S/A

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e do seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regimento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradesco Vida e Previdência e em atendimento à Resolução SUSEP 432 - Artigos 126 à 134, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidência das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisonada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidência das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidência das deficiências detectadas.

Atividades do Comitê

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, como nas avaliações das informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e, nas suas próprias análises decorrentes de observação direta para a empresa em questão.

No decorrer do ano de 2025, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado no termos do seu Regimento, que incluiu 50 reuniões, com: Conselho de Administração, Alta Administração, principais gestores, Auditoria Interna e Auditoria Externa para: (i) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos efetuados pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de aderência e conformidade dos processos; (ii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; (iii) avaliação das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras (qualidade e integridade); (iv) acompanhamento para regularização do PVR - Provisão de Valores a Regularizar, migração dos valores já com data de aposentadoria definida dos Planos Tradicionais e, (v) atenção ao cumprimento das exigências regulatórias pela área de Governança.

O Comitê manteve reuniões regulares com os membros da Diretoria Executiva da empresa tendo tido a oportunidade de recomendar aprimoramentos no processo de avaliação do Grupo de Trabalho para Combate e Prevenção a Fraudes e foi sugerida a criação de indicadores e processos visando manter o Conselho de Administração informado das ações realizadas, mitigando assim o risco de fraude e abusos na utilização do sistema de sinistros. Outros membros da diretoria do Grupo Segurador foram envolvidos, principalmente Tecnologia, nesse processo, tendo tido o Comitê a oportunidade de conhecer os principais fluxos operacionais, revisões de compliance e procedimentos de gestão de riscos.

Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD apresentou a Avaliação dos Controles Internos, tendo sido efetuadas recomendações, as quais foram acolhidas pelas diretorias das empresas.

Nessas reuniões, além de ser registrado as considerações relativas à área de Controle Internos, conforme regras estabelecidas, fizemos recomendações no âmbito operacional para as empresas do Grupo, destacando: (a) à Auditoria Externa, que continuassem a desafiar os modelos e premissas para constituição das provisões técnicas; (b) à área de Gestão de Riscos, o acompanhamento

das questões de Risco Cibernético, com a mensuração do nível desse risco com a estruturação de uma área específica para tratamento deste item e criação de indicadores de riscos para esse assunto.

Recomendamos, ainda, o acompanhamento, por parte da Auditoria Externa KPMG dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2025, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela Auditoria Global Interna do Conglomerado, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos. Os apontamentos efetuados, disponibilizados ao COAUD, findaram o ano de 2025, com as ações compromissadas implementadas para correção dos apontamentos e sua finalização no decorrer de 2026.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações Financeiras/Contábeis, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas, por examinar as demonstrações Financeiras/Contábeis e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes, nem ressalvas.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações Financeiras/Contábeis, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2025 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Maurício Machado de Minas - Coordenador
 Paulo Ricardo Satyro Bianchini - Membro
 José Mauro Depes Lorga - Membro
 Ivanyra Maura de Medeiros Correia - Membro
 Cristina Maria Cantanhede Amarante Biasotto Mano - Membro

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Bradesco Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Bradesco Vida e Previdência S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a

efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026.



Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939, conjunto 1201, 12º andar, parte 6, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamoré, Barueri - SP, CEP 06460-040
 CNPJ - 02.646.397/0006-23
 CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti
 MIBA 2147

